

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Através do Despacho n.º 7879/2023, de 1 de agosto, o Ministro do Ambiente e da Ação Climática autorizou a EDP a realizar “o abate de 1821 sobreiros que radicam numa área de 32,22 hectares de povoamento, localizados nas freguesias de Sines e Porto Covo; UF de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra, nos concelhos de Sines e Santiago do Cacém”.

É importante salientar que, devido à importância ambiental e económica do sobreiro, esta espécie (a par da azinheira) goza de proteção legal (Dec.-Lei 169/2001, de 25 de maio, alterado pelo Dec.-Lei n.º 155/2004, de 30 de junho). Por essa razão, a EDP precisava que o Ministério do Ambiente Ação Climática emitisse o referido Despacho que declara a “imprescindível utilidade pública do Parque Eólico de Morgavel (PEM) e da linha elétrica a 400 kV de interligação à subestação de Sines”.

No entanto, a população, que não foi envolvida na discussão, considera que a defesa do ambiente não está a ser acautelada. A população destaca, através de uma petição contra este abate, a importância desta espécie “na manutenção do ecossistema local, promovendo a biodiversidade, a retenção de água e a fixação de carbono”. Ativistas ambientais locais consideram que o interesse da EDP está a ser colocado acima do bem-estar da população e da proteção do ambiente. Defendem mais produção energética descentralizada de forma a reduzir a dependência dos combustíveis fósseis sem causar outros danos ao ambiente (como seria o caso do abate de quase dois mil sobreiros). Afirmam que a plantação de árvores noutra área aparece como uma “compensação” que não substitui a perda imediata dos sobreiros adultos.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda considera imprescindível envolver a população nas decisões sobre a transição energética e na resposta à crise climática. Mais do que o nome de um Ministério, ação climática deveria ser o mote para uma ação democrática participada.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do

Ministro do Ambiente e da Ação Climática, as seguintes perguntas:

1. Em que estudos se baseia o Ministério do Ambiente e da Ação Climática para considerar que a construção Parque Eólico de Morgavel (PEM) e da linha elétrica a 400 kV de interligação à subestação de Sines são imprescindíveis, não havendo alternativas de localização?
2. Considerando as razões apresentadas nos protestos ambientalistas, o Ministro do Ambiente e da Ação Climática está disponível para rever a autorização do abate de 1821 sobreiros em Sines e em Santiago do Cacém?
3. Que medidas irá o Ministério do Ambiente e da Ação Climática implementar para envolver a população nas decisões relativas ao projeto de construção do Parque Eólico de Morgavel (PEM) e da linha elétrica a 400 kV de interligação à subestação de Sines?

Palácio de São Bento, 8 de agosto de 2023

Deputado(a)s

PEDRO FILIPE SOARES(BE)

JOANA MORTÁGUA(BE)